

# CURRICULUM VITAE

## NOME

- JOSÉ MIGUEL SARDINHA

## DATA DE NASCIMENTO

- 15/09/59

## HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- LICENCIADO EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA (1984). 13 valores. Grau de Mestre em Direito – Ciências Jurídico - Políticas (FDL 1994).

## CONHECIMENTO DE LÍNGUAS

- INGLÊS (ESCRITO E FALADO)

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Consultor Jurídico do Departamento Jurídico e de Contencioso da [ANA-EP](#) (Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea) para a área das **Expropriações por utilidade pública;**

Responsável, durante 3 anos, pelos processos administrativos de **expropriação** para a ampliação das aerogares do Porto e de Faro – 1985 / 1988

- Consultor Jurídico da [FRINIL](#) – Frio Naval e Industrial S.A (empreiteiro de obras públicas – ar condicionado do grupo [LISNAVE](#)) – 1988 / 1991

- Consultor Jurídico do **GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**, Dr. *José Manuel Nunes Liberato* (presentemente Chefe da Casa Civil da Presidência da República) durante 4 anos, para a área do **Direito do Urbanismo**. Como consultor jurídico deste Secretário de Estado prestou consultoria jurídica na área das expropriações por utilidade pública, dos loteamentos urbanos e de obras de urbanização, licenciamento municipal de obras de construção civil e dos planos regionais e municipais de ordenamento de território – 1988 / 1992

Participou assim na preparação e elaboração dos seguintes diplomas:

- **“Regime Jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento de Território”**
- D.L nº 69/90, de 2 de Março;
- **“Código das Expropriações”**
- D.L. nº 438/91, de 9 de Novembro;
- **“Regime jurídico dos loteamentos urbanos e de obras de urbanização”**
- D.L. nº 448/91, de 29 de Novembro;
- **“Regime jurídico do licenciamento municipal de obras de construção civil”**, D.L. nº 445/91, de 20 de Novembro;
- **“Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional”**, D.L. nº 196/89, de 14 de Junho;
- **“Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional”**, D.L. nº 93/80, de 19 de Março;

- **“Regime jurídico da gestão urbana da faixa costeira”**, D.L. nº 303/90, de 26 de Setembro;
- Consultor Jurídico da **“GREI – Grupo Empreendedor Imobiliário”** e da **“CIHA SA “Companhia Imobiliária da Herdade da Aroeira”**, para a área do **Dto. do Urbanismo**;
- Consultor Jurídico da **“COMITUR” (Grupo Império)**, para a área do **Dto. do Urbanismo**;
- Consultor Jurídico da **AUDITORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS**, para as áreas do **Direito Administrativo, Direito do Urbanismo, Direito do Ambiente e Contencioso Administrativo** – 1994-1996;
- Consultor Jurídico da **INSPECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO** para a área do **Dto. do Urbanismo e da Contratação Pública** - 1996 até 2007;
- Consultor jurídico da **HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A**, para a área do **Dto. do Ambiente (Planos de Bacia Hidrográfica)**.
- Consultor jurídico da Direcção de Infraestruturas Aeronáuticas (**DIA**) da **ANA, Aeroportos de Portugal S.A** para a área do Dto. da Contratação Pública, em particular, **contratos de empreitadas de obras públicas** – 1998 a 2004;
- Consultor jurídico da **SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A** para a área da **contratação pública** (contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene urbana celebrados com as Autarquias Locais) – 1998 a 2004;

- Consultor jurídico da **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA** para a área da **contratação pública** e do Dto. Administrativo em geral – 2001 a 2004;
- Consultor jurídico do **BNC- BANCO NACIONAL DE CRÉDITO** (actualmente **BANCO POPULAR**) para a área do **Dto. do Urbanismo** (avaliação da legalidade urbanística de projectos imobiliários submetidos a financiamento bancário, assegurando, como advogado, o contencioso administrativo nesta área nos Tribunais Administrativos);
- Consultor jurídico do Departamento Jurídico da **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA** para a área do **Dto. do Urbanismo e da contratação pública (empregadas de obras públicas)** assegurando, como advogado, o contencioso administrativo nesta área no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa;
- Consultor jurídico do Departamento Jurídico da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS** para a área do **Dto. do Urbanismo e da contratação pública**, assegurando, como advogado, o contencioso administrativo nesta área no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.
- Consultor jurídico da **Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã**;
- Consultor jurídico do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** para a reforma da **Justiça administrativa**, sendo presentemente coordenador do grupo de revisão do **Código das Expropriações**, revisão esta em curso na Direcção-geral da Política de Justiça, fazendo ainda parte da Comissão que está a proceder à revisão do **Código do Procedimento Administrativo**;
- Coordenador científico do seminário de Direito do Urbanismo realizado no auditório da **CCRLVT**, em Lisboa, em 1991 e organizado pela **URBE**.
- Docente formador dos cursos de Direito do Ambiente organizados pela **AMBIFORUM** e patrocinado pela Comunidade Europeia em 1993 e 1994. (Os direitos dos administrados no Direito do Urbanismo).
- Docente formador dos inspectores da **“Inspeção Geral de Administração do Território”** para a área do **Direito do Urbanismo**, em 1995 e para a área do **contencioso administrativo** em 2004;

## experiência ACADÉMICA

- Assistente do Departamento de Direito da Universidade Lusíada – Lisboa (1994/95, até 2001)
- Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Évora (1994/95 e 1995/96)
- Professor auxiliar convidado do Departamento de Economia da Universidade de Évora (2010-2011)

## OBRAS E ESTUDOS PUBLICADOS

- *“O terrorismo e a restrição dos direitos fundamentais em processo penal”* – Coimbra Editora.
- *“As Forças Armadas e as Autarquias Locais na Ordem Jurídica Portuguesa”* – Coimbra Editora.
- *“Introdução ao Direito Penal Ecológico”* – Revista da Ordem dos Advogados, 1988.
- *“O novo regime jurídico das operações de loteamento e obras de urbanização”* – Coimbra Editora, 1992.
- *“Loteamentos”* – Revista de Direito autárquico, 1993.
- *“Direito do Urbanismo e Legislação Complementar”*, Coimbra Editora, 1993.
- *“Os Direitos de Informação e Participação dos particulares no Direito do Urbanismo Português”* – Revista de Direito do Ambiente e do Ordenamento do território, nº 1, Setembro de 1995.
- *“A administração dos terrenos do Domínio Público Marítimo na ordem Jurídica Portuguesa e a protecção da faixa costeira”* – Anuário de Direito do Ambiente, 1995.
- *“Ordenamento do Território e Responsabilidade Civil dos Titulares de Cargos Políticos”* – Revista de Direito do Ambiente e do Ordenamento do Território, nº 2, Fevereiro de 1996.
- *“Estudos de Direito de Urbanismo e do Ordenamento do Território”*, S.P.B. – Editores, 1998.
- *“Direito Administrativo – Colectânea de Legislação”*, S.P.B. – Editores, 1999

- *“O exercício do mandato forense no novo contencioso administrativo”*, Boletim da Ordem dos Advogados, nº 21, 2002;
- *“Responsabilidade urbanística das autarquias locais”*, Boletim da Ordem dos Advogados, nº 26, 2003.
- *“Campos de golfe e operações de loteamento: algumas considerações sobre a vontade do loteador como elemento determinante na configuração e na natureza do loteamento”*, Revista de Dto. do Ambiente e Ordenamento do Território”, nº 11.

## "CURRICULUM ACADÉMICO"

- Grau de Mestre em Direito concedido pela Faculdade de Direito de Lisboa em Janeiro de 1994, na área de ciências jurídico-políticas, com a apresentação da tese "*A defesa dos direitos dos administrados na reforma do Direito do Urbanismo*". Foram arguentes os Professores José Joaquim Gomes Canotilho e Marcelo Rebelo de Sousa, sendo o júri presidido pelo Professor José Oliveira Ascensão e do qual fizeram parte os Professores Diogo Freitas do Amaral e Sérvulo Correia.
- Assistente do Departamento de Direito da Universidade Lusíada, tendo a seu cargo as aulas práticas da Disciplina de **Direito Administrativo** e de **Contencioso Administrativo** (1994/95, até 2001).
- Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Évora, tendo a seu cargo a regência da disciplina de "*Introdução ao Estudo de Direito*" à licenciatura em Sociologia, de "*Direito Económico*" à licenciatura em Economia, e de "*Direito do Ambiente*" à licenciatura em Engenharia Biofísica (1994/1995 e 1995/96).
- Professor auxiliar convidado do Departamento de Economia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, onde regeu as disciplinas de Dto. do Ambiente e Dto. Administrativo nos cursos de mestrado em Ciências da Terra e Administração Escolar.
- Curso de especialização em Estudos Políticos Avançados pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa em 2007, tendo sido aprovado com a apresentação da tese "Alexis de Tocqueville e a democracia no século XXI".

## CONFERÊNCIAS (Mais recentes)

- Intervenção num colóquio realizado em Abril de 1999 entre a Câmara Municipal de Palmela e a Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente sobre a nova “Lei de Bases do Ordenamento do Território”.
- Intervenção num colóquio realizado em Outubro de 1999 pela “Forum” no Hotel Meridien sobre o “Novo regime das empreitadas de obras públicas” e o “Novo regime jurídico da contratação pública”.
- Intervenção num colóquio realizado em Abril de 2000 na Ordem dos Engenheiros sobre o “Novo regime jurídico da urbanização e edificação”.
- Intervenção num colóquio realizado em Abril de 2000 pela NPF no Hotel da Lapa sobre o “Novo regime jurídico da urbanização e edificação”.
- Intervenção num colóquio organizado em Maio de 2007 pela Abreu Marques & associados juntamente com a Associação dos Promotores Imobiliários sobre a protecção dos empresários do sector da promoção imobiliária no novo contencioso administrativo;
- Apresentação de uma comunicação intitulada “As Expropriações de Sacrifício”, no colóquio sobre Dto. Administrativo, organizado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados em Junho de 2010 em parceria com a Presidência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

**EXPERIÊNCIA FORENSE**  
(Tribunais  
Administrativos)

**Desde 1993 que intervêm regularmente nos Tribunais Administrativos da seguinte forma:**

- Impugnação contenciosa de actos administrativos em matéria de urbanismo, presentemente, acções administrativas especiais;
- Impugnação contenciosa de actos administrativos em matéria de ambiente, presentemente, acções administrativas especiais;
- Impugnação contenciosa de actos administrativos em matéria de concursos públicos (*empreitadas e fornecimentos*), presentemente, contencioso pré-contratual;
- Acções de responsabilidade civil extracontratual;
- Suspensão de eficácia de actos administrativos e outras providências cautelares;

Por deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 14 de Maio de 2004 e ao abrigo do “Regulamento Geral das Especialidades”, foi-lhe atribuído o estatuto de advogado especialista em Dto. Administrativo.